

HABEAS CORPUS Nº 492.576 - SP (2019/0037753-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIELLE RINALDI BARBOSA - SP288712
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : G J DA S (INTERNADO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO QUALIFICADO. MEDIDA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. SUPERAÇÃO. INVIABILIDADE. TERATOLOGIA OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. *WRIT* INDEFERIDO LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de G. J. DA S., contra decisão proferida pelo Relator do HC n.º 2018600-74.2019.8.26.0000, em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se nos autos que foi decretada a internação provisória do Paciente em 27/11/2018, após representação que lhe imputou o cometimento do ato infracional equiparado ao delito previsto no art. 157, § 2.º, inciso II, e § 2.º-A, inciso I, do Código Penal, por supostamente ter, em concurso de agente, subtraído a importância de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) em espécie, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, na residência das Vítimas idosas, no dia 02/11/2018.

Contra essa decisão foi impetrado pela Defesa *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, cujo pedido liminar foi indeferido pelo Desembargador Relator (fls. 35-36).

No presente *mandamus*, alega-se, em suma, a ausência de fundamentação adequada da medida, pois não delineou "*as características do caso concreto*" (fl. 6). Afirma que a internação provisória do Adolescente, além de ser desnecessária, apenas o prejudica.

Requer-se, liminarmente e no mérito, a revogação do decreto de internação provisória.

É o relatório.

Decido.

Conforme posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, ao Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Min. MARIA THEREZA, Sexta Turma, DJe de 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe de 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe de 01/08/2016, v.g.).

Assim, ordinariamente, não pode ocorrer a superação de tal óbice processual, salvo nas hipóteses em que se evidenciar situação absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, por forçar o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimir a competência da Inferior e subverter a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que possa ensejar a superação do óbice sumular acima referido, pois, ao estabelecer a medida de internação provisória do Paciente, o Magistrado de primeiro grau consignou a "*extrema gravidade dos fatos narrados nos autos*" (fl. 30), e a "*existência de registro anterior contra o Representado*" (*ibidem*).

Por sua vez, o Relator do *habeas corpus* impetrado na origem, ao indeferir o pleito liminar, assim motivou o ato (fl. 36):

"A decisão foi bem fundamentada, amparada nos elementos fáticos existentes, sobretudo na natureza e especial gravidade concreta da conduta perpetrada. Além disso, o processo está tramitando regularmente, impondo-se destacar que nessa fase sumária de conhecimento não se exige a análise detalhada das provas nem do histórico pessoal do adolescente, que serão oportunamente verificados com a instrução do feito.

Dessa forma, as condições pessoais do adolescente aliadas às

circunstâncias do caso concreto autorizam, ao menos na cognição sumária compatível com o presente momento, a excepcionalidade da medida aplicada, não se divisando, nos argumentos invocados pela autoridade coatora, teratologia ou ilegalidade.

Pelo exposto, indefiro a liminar pleiteada.

Dispensadas as informações da digna autoridade impetrada, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça."

Assim, reitere-se, não reconheço, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e do Superior Tribunal de Justiça, notadamente em razão da gravidade em concreto do ato infracional supostamente praticado pelo Paciente.

Destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal estadual tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Nesse diapasão, cito os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. SÚMULA N. 691 DO STF. TERATOLOGIA NÃO VERIFICADA. ART. 218-B DO CÓDIGO PENAL, ARTS. 241-B, 241-D, C/C O ART. 241-E, TODOS DO ECA. PRISÃO PREVENTIVA. JULGAMENTO MERITÓRIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não tem cabimento o habeas corpus para desafiar decisão que indefere liminar em idêntica via, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado n. 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie, pois não foi demonstrada, de plano, a ilegalidade do decreto de prisão. Assim, não há como se conhecer do remédio constitucional, devendo-se aguardar o julgamento meritório da impetração originária perante o Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 454.300/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe de 14/08/2018; sem grifos no original.)

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO DO MANDAMUS. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE OU

TERATOLOGIA NA DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. 'Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar' (Súmula 691 do STF).

2. Hipótese em que a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não se verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois, em um primeiro exame, há elementos suficientes para a manutenção da sentença condenatória.

[...]

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 450.794/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe de 28/06/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora